

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.783, DE 2012

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Apoio à Saúde do Atleta - PNASA.

Autor: Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator: Deputado MANATO

I – RELATÓRIO

O presente projeto visa a criar o que denomina Programa Nacional de Apoio à Saúde do Atleta – PNASA, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o desenvolvimento de pesquisas e de técnicas de utilização das células-tronco na reabilitação de lesões ósseas ou musculares dos atletas brasileiros.

O programa delineado, cuja administração e regulamentação ficará a cargo dos Ministérios da Saúde e dos Esportes, consiste em canalizar doações de natureza financeira ou material de pessoas jurídicas e de pessoas físicas diretamente a instituições de saúde ou de ensino que desenvolvam pesquisas e técnicas concernentes aos seus fins.

Determina o projeto que a instituição beneficiária deverá emitir recibo em favor do doador ou patrocinador que, se pessoa física, poderá deduzir do imposto de renda cem por cento do montante até o limite de cinquenta por cento do imposto devido e, se pessoa jurídica, poderá deduzir do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido cem por cento das doações, vedada a dedução como despesa operacional, até o limite de cinquenta por cento do imposto e cinquenta por cento da contribuição social devidos. Se optante do Simples Nacional a pessoa jurídica doadora poderá

deduzir cem por cento das doações até o limite da parte que cabe à União, com exceção da contribuição previdenciária patronal. Os infratores das disposições serão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções, ao pagamento do valor atualizado dos tributos devidos e das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação vigente e, na hipótese de dolo, fraude ou simulação, a multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem auferida indevidamente.

A proposição prevê ainda que o PNASA terá como fonte de receita extraordinária o produto da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a parte da União no Simples Nacional, incidentes sobre as receitas decorrentes das vendas de bebidas alcoólicas realizadas nos estádios de futebol, e num raio de 05 (cinco) mil metros dos mesmos, durante os períodos oficiais de duração da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa da Mundo FIFA de 2014.

Segundo a justificação do autor, existem casos experimentais bem-sucedidos de tratamentos de diversas patologias ortopédicas utilizando células-tronco em centros nacionais de pesquisa médica. Financiar e estimular a continuidade dessas pesquisas estaria em consonância com os interesses do Brasil de tornar-se um país de destaque nos esportes olímpicos.

A proposição tramita em regime ordinário, com apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída, para exame do mérito, às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Turismo e Desporto (CTD) e de Finanças e Tributação (CFT), além da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – VOTO DO RELATOR

O Brasil prepara-se para sediar os Jogos Olímpicos no ano de 2016, e se pretende que nossos representantes tenham desempenho

destacado, ganhando muitas medalhas e fazendo tremular a bandeira nacional nas cerimônias de premiação.

Para o cidadão comum, mesmo para aquele que pratica regularmente algum esporte, é difícil até mesmo conceber o grau de empenho, dedicação e esforço necessários para que um atleta se erga ao nível de disputar as Olimpíadas e competições do mesmo nível, como campeonatos e torneios mundiais. Sua rotina de treinamentos é intensa, pesada e extremamente desgastante, e as lesões uma ameaça constante.

É comum, muito mais do que esperaríamos, que um atleta se lesione e deixe de disputar uma competição para a qual se preparou por meses ou mesmo anos, como é o caso dos Jogos Olímpicos, realizados a cada quadriênio. Sua recuperação, também, é muitas vezes retardada por não poderem fazer uso de medicamentos que, embora simplesmente terapêuticos, podem resultar em positividade ao exame antidoping, o que poderia representar o fim de uma carreira digna e bem-sucedida.

Quando temos notícia, portanto, de que um novo método de tratamento pode melhorar a vida de atletas e recuperar lesões de outra forma incuráveis, e que há cientistas brasileiros pesquisando e desenvolvendo esse método, temos que ficar atentos e satisfeitos.

Quando sabemos que existe um projeto de lei cuja finalidade é criar meios para subsidiar essa pesquisa e desenvolvimento, temos que nos alegrar, solidarizarmo-nos e esperar que o mesmo seja aprovado.

Porém, se, como é meu caso e o caso desta Comissão, tivermos a oportunidade de contribuir positivamente com a aprovação do projeto, temos razões para ficar satisfeitos.

Com grande gosto apresento voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.783, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado MANATO
Relator